

A Evolução da Pluriatividade nos Estados de São Paulo e Pernambuco no Período de 2001 a 2007

RESUMO

Este artigo analisa a evolução da pluriatividade nos Estados de São Paulo e Pernambuco entre os anos de 2001 e 2007. Utiliza o método da análise estatística da dimensão e evolução de variáveis-chave calculadas a partir dos microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs). Constata que o número relativo de famílias pluriativas é maior em Pernambuco do que em São Paulo. Além disso, observa também que a união entre atividades agropecuárias e não-agropecuárias na família incrementa a renda familiar, especialmente em Pernambuco. Destaca a relevância de se realizarem estudos sobre as especificidades regionais para a elaboração de políticas de desenvolvimento rural.

PALAVRAS-CHAVE:

Pluriatividade. Fatores promotores. Desigualdades rurais regionais. Pernambuco. São Paulo.

Cristiane Feltre

- Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos;
- Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho;
- Professora dos Cursos de Administração, Economia e Ciências Contábeis, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Carlos José Caetano Bacha

- Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais;
- Doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo;
- Pós-doutorado pela University of Illinois nos Estados Unidos;
- Professor titular da Universidade de São Paulo.

1 – INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1970 e 1980, quando se intensificaram os estudos sobre desenvolvimento rural e agrícola no Brasil, a maioria dos autores considerava que o meio rural no Brasil era apenas constituído pela agropecuária e as pessoas residentes no meio rural apenas se dedicavam à agropecuária. Assim, o desenvolvimento da agropecuária levaria ao desenvolvimento rural. No entanto, o crescimento de atividades não-agropecuárias no meio rural e a dedicação de sua população a atividades não-agropecuárias levaram ao surgimento de um “Novo Rural”. Segundo Silva (1999), esse “Novo Rural” compõe-se de três grupos de atividades: a agropecuária moderna ligada à agroindústria; um conjunto de atividades não-agropecuárias, ligadas à moradia, ao lazer e às várias atividades industriais e de prestação de serviços; e um conjunto de novas atividades agropecuárias embasadas em nichos especiais de mercados. Silva (1999) chama-as de “novas”, pois, apesar dessa denominação, algumas delas eram desenvolvidas secularmente, mas não possuíam importância econômica significativa como passaram a ter após a década de 1970.

O termo pluriatividade surge como uma forma de exprimir as atividades agropecuárias e não-agropecuárias que os membros da família residente no meio rural passam a exercer no meio rural ou urbano. São consideradas pluriativas as famílias rurais que possuem pelo menos uma pessoa que trabalha em outro ramo de atividade que não a agropecuária.

O objetivo geral deste artigo é analisar a evolução da pluriatividade das famílias rurais nos Estados de São Paulo e Pernambuco destacando-se as diferenças desse fenômeno entre os dois estados. Como objetivos específicos, tem-se a análise do nível de renda e das atividades nas quais as famílias pluriativas se ocupam, além da agropecuária, mostrando suas diferenças entre Pernambuco e São Paulo. Também serão estudados os fatores que promovem a pluriatividade e a consistência entre a literatura sobre o assunto e a realidade em análise.

A escolha de São Paulo e Pernambuco para análise se justifica pela relevância de uma comparação entre dois estados de regiões diferentes, com

infraestruturas e rendas diferentes, de forma a se averiguar se existe relação entre as oportunidades para o desenvolvimento da pluriatividade citadas na literatura e a sua existência de fato.

O artigo está dividido em sete partes, incluindo esta introdução. Na segunda parte, apresentam-se alguns aspectos conceituais do tema pluriatividade e a importância de se utilizar como unidade de análise a família. Na terceira parte, buscam-se na literatura informações sobre estudos em nível estadual no Brasil, não se constatando estudos para o Estado de Pernambuco, mas muitos para o Estado de São Paulo. Na quarta parte trata da relação entre a modernização da agropecuária e o surgimento de famílias pluriativas no Brasil; e na quinta parte, são apresentados os dados usados no trabalho e o modo como são tratados. A sexta parte apresenta a análise da evolução da pluriatividade nas famílias rurais paulistas e pernambucanas de 2001 a 2007, além de serem realizadas algumas reflexões sobre as causas do desenvolvimento da pluriatividade e sua relação com o número de oportunidades disponíveis nos dois estados. Por fim, a sétima parte apresenta as conclusões do artigo.

2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A PLURIATIVIDADE

Os termos pluriatividade e *part-time farmer* passaram a ser bastante conhecidos nos países desenvolvidos na década de 1980. A pluriatividade é entendida como sendo:

um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação entre si), podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção), que compartilha entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família. (SCHENEIDER, 2008, p. 2).

Ainda de acordo com esse autor, a pluriatividade é heterogênea e diversificada e sua variabilidade depende das características do contexto ou do território em que estiver inserida. São considerados domicílios pluriativos aqueles em que, além das pessoas ocupadas na

agricultura, há pelo menos mais uma pessoa ocupada em qualquer outro ramo de atividade não-agrícola. Mattei (1999) afirma que as famílias pluriativas são aquelas que combinam as atividades agropecuárias com atividades não-agropecuárias, tanto interna quanto externamente às propriedades. Em domicílios monoativos, só há pessoas ocupadas na agropecuária. (KAGEYAMA, 1999).

Em meados dos anos 1980, o conceito de pluriatividade é utilizado para explicar a ocorrência de atividades não-agropecuárias no próprio estabelecimento agropecuário, atividades não-agropecuárias externas ao estabelecimento e atividades agropecuárias em outros estabelecimentos. (MATTEI, 1999).

Deve-se aqui diferenciar o termo pluriatividade do *part-time-farmer*. Segundo Del Grossi (1997), enquanto o primeiro tem como unidade básica de análise a unidade familiar para dar conta não somente das atividades não-agropecuárias do chefe da unidade produtiva, mas de todos os membros da família, o segundo está mais relacionado ao estabelecimento como unidade de análise e limitado ao trabalho parcial do chefe da unidade produtiva neste estabelecimento.

Portanto, como unidade de análise relevante para a exploração do tema pluriatividade, utiliza-se a família. Segundo Scheneider (2008, p. 2), “a definição operacional de pluriatividade tem a ver com o exercício de múltiplas atividades por pessoas que pertencem a uma mesma família”. Desta forma, neste trabalho a unidade de análise relevante será a família pluriativa, apesar de se poder falar sobre a pluriatividade individual.

Mattei (1999) afirma que, quanto à discussão sobre o fenômeno pluriatividade, vale destacar alguns aspectos. Um deles diz respeito à heterogeneidade das atividades econômicas exercidas pelas famílias pluriativas, ou seja, as famílias com residência rural buscando diversificar sua fonte de renda procuram complementar suas atividades agropecuárias com várias outras atividades não-agropecuárias, desenvolvidas dentro ou fora do estabelecimento em que vivem. Um segundo aspecto relevante é o enfoque da família como unidade de análise para se

avaliar a alocação e a distribuição da força de trabalho. O terceiro aspecto mencionado pelo autor é o da transitoriedade do fenômeno, pois afirmava-se que a pluriatividade seria uma fase de transição. No entanto, ao longo do tempo, percebe-se que a pluriatividade possui um caráter mais estável e permanente. O quarto aspecto levantado é que a pluriatividade já foi vista como estratégia de sobrevivência. Essa percepção se alterou ao longo do tempo e a pluriatividade passa a ser vista como uma alternativa de complementação de renda e acumulação. E, por fim, o autor menciona os fatores promotores da pluriatividade, destacando-se os de natureza econômica, social, pessoal, contextual e de lazer.

Para Gama (2009), são quatro as razões que levam os espaços rurais a perderem sua monofuncionalidade baseada na especificidade agropecuária: a difusão dos meios de transporte (dada pelo número de veículos) que aumentam a possibilidade de locomoção para outros locais de trabalho; a difusão dos meios de comunicação que influenciam na vida cultural das comunidades rurais; a difusão da energia, em especial a elétrica, que gera múltiplas possibilidades de sua utilização; e a difusão rápida e diferenciada de novas técnicas de produção. Esses fenômenos convertem os espaços rurais em áreas plurifuncionais e pluriativas.

O conceito de pluriatividade deve ser distinguido do de Ocupações Rurais Não-agrícolas (ORNA). Estas últimas se referem a atividades não-agropecuárias realizadas no meio rural, vinculadas a educação, saúde, transporte, comércio, indústria e mineração, por exemplo. As pessoas empregadas nas ORNA podem residir no meio rural ou no meio urbano. De outro lado, o membro da família pluriativa, que, por definição, mora no meio rural, pode exercer atividade não-agropecuária no meio rural e no meio urbano. Schneider (2008) afirma que se tem associado o crescimento do número de pessoas e famílias em atividades não-agrícolas no meio rural ao fenômeno da pluriatividade. Mas o autor destaca que:

não se deve confundir as atividades não-agrícolas com a pluriatividade, pois esta decorre das decisões e estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho. Portanto, o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural não implica, *mutatis mutandis*, na expansão da pluriatividade

das famílias rurais. (SCHNEIDER, 2008, p. 5).

É relevante considerar que as Ocupações Rurais Não-agropecuárias (ORNA) estão relacionadas à pluriatividade quando pelo menos um dos membros da família rural está ocupado na agropecuária e os outros nas ORNA. Se todos os membros ocupados de uma família rural possuem ocupações rurais exclusivamente não-agropecuárias, então, não se pode falar em pluriatividade.

Del Grossi e Silva (2002, p. 35-36) citam cinco dinâmicas distintas para o incremento das ORNA e outras três especificamente para o caso brasileiro. Dentre essas dinâmicas, três delas vinculam-se diretamente às atividades agropecuárias:

(1) as atividades econômicas derivadas da produção direta de bens e serviços agropecuários ou indiretamente da sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos;

(2) atividades derivadas do consumo final da população rural (transporte, comércio varejista etc.); (3) atividades derivadas da grande disponibilidade de mão-de-obra excedente do setor camponês, englobando-se aí tanto o trabalho em domicílio como o trabalho complementar daqueles que exercem outra atividade remunerada fora de suas unidades produtivas, seja ela agrícola ou não. As outras razões, que não estão relacionadas diretamente à atividade agropecuária, são: (4) o consumo final não-agrícola pela população urbana, como o artesanato, o turismo rural etc.; e (5) os serviços públicos ofertados nas zonas rurais.

Essas dinâmicas, porém não são consideradas pelos autores como suficientes para explicar todas as fontes de ocupações não-agropecuárias das famílias rurais brasileiras. Por isso, os autores acrescentaram mais três fatores para explicar a evolução das ORNA no caso brasileiro: (6) demanda da população rural não-agropecuária de alta renda por áreas de lazer e/ou segunda residência, bem como os serviços a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos etc.); (7) demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para construção de suas moradias em áreas rurais; e (8) busca por áreas não-agropecuárias por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços que procuram no meio rural

uma alternativa mais favorável de operação.

Segundo Del Grossi e Silva (2002), a dinâmica de geração das ORNA vem dos impulsos gerados pelos setores urbanos que estão nas cercanias dessas localidades. No caso brasileiro, essas demandas dos setores urbanos podem agir com intensidades diferentes no desenvolvimento rural de uma região. E, segundo os autores, é essa combinação de diferentes intensidades que resulta na variedade de ORNA e na possibilidade de surgimento de pluriatividade.

3 – ESTUDOS SOBRE PLURIATIVIDADE NO BRASIL

Há diversos estudos que contemplam a análise da pluriatividade em nível municipal, estadual e/ou outras questões relacionadas ao tema. A região Sul do país foi a primeira a ser estudada quanto à pluriatividade. Estudos sobre o tema frequentemente mencionam a atividade “agrícola” e não a “agropecuária”. Apesar de este artigo tratar da pluriatividade como a conjugação de atividades agropecuárias e não-agropecuárias em uma mesma família residente no meio rural, para se manter a originalidade dos trabalhos pesquisados, nesta revisão de literatura, foram mantidos os termos agrícola e agricultura quando foram empregados pelos trabalhos a serem analisados.

Segundo Del Grossi (1997), um dos estudos pioneiros sobre a pluriatividade no Brasil foi o de Seyferth (1974), que analisou o colono-operário no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e concluiu que a pluriatividade se constituía em uma estratégia de reprodução da unidade camponesa. Anjos (1995), em um estudo sobre a atividade de produção de eletromotores no município de Massaranduba, em Santa Catarina, observou que havia um deslocamento diário dos homens de famílias rurais até as fábricas e pôde concluir que houve um rompimento da tríade “produção-consumo-residência”, pois boa parte do trabalho era realizada fora da unidade agropecuária. Mattei (1999) analisou as transformações em curso na dinâmica do trabalho rural para todo o Estado de Santa Catarina e sua principal contribuição foi a constatação de que o emprego rural catarinense já não é mais exclusivamente agrícola. Segundo Mattei (1999), em

1997, 29% da PEA rural em Santa Catarina estavam ocupados em atividades não-agrícolas.

Schneider (1995) focou sua análise na região da colônia velha alemã, no Estado do Rio Grande do Sul. Lá, o autor observou que a produção leiteira passou por três fases distintas: surgimento, expansão e desarticulação. Na terceira fase, a crise da produção leiteira, na década de 1980, acarretou a liberação de mão-de-obra para a indústria calçadista, que estava em expansão. Surgia, nesse contexto, a figura do colono-operário, intensificando a pluriatividade na região. Anjos e Caldas (2008) analisaram as transformações que atingiram o meio rural gaúcho nos cinco primeiros anos do século XXI e demonstraram o impacto da desagrarização e da pluriatividade, destacando-se a queda na capacidade da agricultura em ocupar a força de trabalho residente nos estabelecimentos familiares.

Ainda sobre a região Sul, Del Grossi (1996) observou que, no Estado do Paraná, houve expansão do ramo de serviços e comércio em detrimento das atividades agropecuárias entre a população residente em domicílios rurais. Souza (1997) analisou a pluriatividade na cidade de Ponta Grossa, centro-sul do Estado do Paraná, e concluiu que a busca da população rural por trabalhos não-agrícolas se constituía em uma estratégia de complementação das baixas rendas agrícolas.

Na região Sudeste, chamam a atenção os trabalhos de Silva (1995, 1996), os quais mostram a crescente participação de atividades não-agrícolas realizadas por parte de membros das famílias rurais no Estado de São Paulo. O mesmo autor também estudou, em 1996, o dinamismo do mercado de trabalho agrícola, mostrando que houve uma redução na demanda por empregos na agricultura paulista. Campanhola; Silva e Del Grossi (2001) analisaram as transformações em curso no meio rural paulista e observaram que houve uma redução do êxodo rural nos municípios do interior na década de 1990 em função das ocupações não-agrícolas, as quais retiram parte da mão-de-obra excedente da agricultura. Kageyama (1999) utilizou os dados da PNAD de 1995 para comparar as características dos domicílios agrícolas pluriativos e monoativos abrangendo 572 municípios do Estado de São Paulo. Foi estabelecida, para análise, uma

agregação dos domicílios a partir de indicadores sociais e econômicos, que variaram entre o rural muito pobre e o urbano denso. É importante destacar que esse trabalho, para estudar o tema pluriatividade, tomou como unidade de análise o domicílio e não a família, que é relevante na compreensão das relações sociais no interior das unidades produtivas.

Ainda na região Sudeste, Castro (1996 apud DEL GROSSI, 1997) focalizou seus estudos em dois assentamentos da reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro e observou que, no assentamento mais próximo do centro urbano, quase todos os membros desenvolviam outras atividades não-agrícolas. Essa escolha urbano-rural se pautava pela busca de uma vida mais tranquila, solução para moradia e menor custo de vida. Outro estudo sobre a pluriatividade no Estado do Rio de Janeiro é o de Fredrich (1983), que apontava que mesmo os aglomerados populacionais isolados tendiam a apresentar uma população economicamente ativa essencialmente vinculada a atividades não-agrícolas, como, por exemplo, atividades de lazer e trabalho em unidades fabris localizadas fora do perímetro urbano.

Alguns poucos estudos sobre a pluriatividade na região Centro-Oeste foram realizados. Vieira; Vareiro e Silva (2008) analisaram o comportamento da população rural e do emprego na agropecuária, no Estado de Mato Grosso do Sul, e constataram que, entre os anos de 1998 e 2006, as atividades agropecuárias e não-agropecuárias assumiram papel de destaque nas áreas rurais. Observou-se que as primeiras sofreram uma queda de 1,56% ao ano, enquanto as segundas apresentaram um acentuado avanço, crescendo 4,49% ao ano, confirmando as tendências de evolução das ocupações não-agropecuárias.

No Estado do Mato Grosso, Oyamada et al. (2007) fizeram um estudo pontual sobre a pluriatividade em uma comunidade localizada no município de Poconé. Os autores constataram que, nas unidades familiares, a participação da renda agropecuária e das rendas não-agropecuárias (aluguéis, aposentadorias e atividades não-agropecuárias) na composição da renda total é de, respectivamente, 29,47% e de 70,53%, e, em relação à mão-de-obra das unidades analisadas, observou-

se que a familiar é predominante e a contratada é considerada desprezível na comunidade estudada.

A pluriatividade na região Nordeste também é analisada por alguns poucos autores. Nascimento (2006, p. 1) mostra que, no Brasil,

o número de famílias rurais pluriativas tende a crescer em regiões pobres (caso do Nordeste) ao contrário do que acontece em regiões que passaram por processos de modernização tecnológica na agricultura e de industrialização difusa configurando uma rede urbana mais dinâmica (caso da região Sul).

Nesse mesmo trabalho Nascimento (2006) afirma que, ao contrário do que se pensa, o crescimento da pluriatividade em áreas rurais está mais associado à presença de entornos pobres do que à existência de entornos com melhores oportunidades de ocupação não-agropecuária.

Nascimento (2008) trata das transformações ocorridas no Estado da Bahia nos últimos dez anos e observa que há novas perspectivas de inserção econômica para a agricultura familiar na região do sisal do semiárido baiano. Lima (2001) faz uma comparação entre a pluriatividade das famílias rurais no Brasil, região Nordeste, Paraíba e Rio Grande do Norte demonstrando que a evolução das ORNA se dá de maneira heterogênea entre as regiões do país.

Alves (2002) analisou a pluriatividade no meio rural da cidade de Tejuçuoca, Ceará, considerando as informações advindas de entrevistas e observações de campo realizadas entre julho de 1998 e março de 1999. Alves (2002) constatou existirem, na área em estudo, características que dificultam a prática agrícola, como a pouca disponibilidade de água e as limitações do solo, além de abrigar muitas famílias que não dispõem de terra para exercer a atividade agrícola por conta própria. Essas dificuldades são responsáveis pela baixa produção agrícola, que é insuficiente para produzir renda para a satisfação das necessidades básicas, levando as famílias camponesas a se ocuparem em atividades não-agrícolas. O deslocamento de empresas da região Sul/Sudeste para o interior do Nordeste, em busca de mão-de-obra barata, facilita o aumento da pluriatividade que surge como estratégia de

vida para as famílias camponesas carentes de terra. Em outro estudo para o Ceará, agora para o meio rural de nove¹ das onze cidades que compõem o Polo de Desenvolvimento do Agronegócio do Baixo Jaguaribe, Alves; Valente Junior e Brainer (2006) realizaram 320 entrevistas e constataram que 67,8% dos membros das famílias dos entrevistados executavam atividades não-agrícolas, o que se explica, em parte, pelo fato de 72,2% dos entrevistados serem classificados como sem-terra e, dos que possuem a terra, grande parte se dedica a atividades que garantam sua subsistência (como culturas de milho e feijão). Para Alves; Valente Junior e Brainer (2006, p. 61), a

[...] prática de tais atividades (não-agrícolas) ocorre não como uma consequência do avanço no processo de desenvolvimento local, mas como uma manifestação típica de sociedades subdesenvolvidas, pela necessidade de elaboração de estratégias de sobrevivência.

Com base na literatura suprarrevisada, apesar da existência de alguns estudos sobre a temática no Nordeste, há carência em abordagens comparativas entre estados desta região e do Sudeste. Optou-se, então, por comparar Pernambuco e São Paulo: o primeiro, por ser um dos quatro estados mais importantes da região; o segundo, porque detém a maior riqueza e a melhor infraestrutura. Além disso, como se constata em tabela apresentada posteriormente (Tabela 1), há oportunidades diferentes entre os dois estados, o que chama a atenção para os fatores promotores da pluriatividade.

4 – A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E A PLURIATIVIDADE NO BRASIL

Na década de 1960, a agropecuária brasileira acelerou o seu processo de modernização. Após o movimento militar de 31/03/1964, os gestores de política econômica procuraram criar um novo arcabouço para a política agrícola brasileira, como a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, a revitalização da Política de Garantia de Preços Mínimos, criada na década de 1940, e a criação da Embrapa no início da década de 1970, visando à promoção de um

¹ Os municípios amostrados foram Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Russas e Tabuleiro do Norte.

forte processo de modernização agrícola do país, com crescimento da produtividade do setor.

O Brasil começou a experimentar forte modificação na estrutura técnica de sua agricultura, baseada no modelo então denominado “revolução verde”, que englobava a utilização de sementes melhoradas, que respondiam rapidamente ao uso de adubos químicos e necessitavam de aplicação de agrotóxicos, e com operações geralmente mecanizadas. O incentivo ao uso da nova tecnologia era permitido devido ao aparato montado, mencionado no parágrafo anterior, notadamente o sistema de crédito rural.

O avanço da mecanização nas lavouras promoveu um êxodo rural intenso, dado que, com o avanço da mecanização das lavouras brasileiras, as tarefas antes executadas por “turmas” de trabalho passaram a ser realizadas por apenas poucas pessoas, deixando milhões de pessoas desempregadas no campo, que não tinham outra opção senão se dirigirem para as cidades. (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

Na década de 1970, com o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (I PND), é estabelecida como polo gerador de desenvolvimento nacional a região dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esses estados eram tidos como capazes de assegurar a expansão das indústrias, com aporte científico e tecnológico nacional decorrente de um sistema educacional avançado. Conforme os propósitos do plano, dessa região, os investimentos se expandiriam, atenuando ou mesmo removendo as desigualdades das regiões brasileiras. Segundo Furtado (2000), o que ocorreu foi uma maior centralização do capital, com maior industrialização naquela região, acentuando ainda mais as desigualdades regionais.

Na década de 1980, com a crise fiscal do Estado e as várias tentativas de combate à inflação, o modelo acima exposto de apoio estatal à modernização da agropecuária perdeu força. As restrições no mercado interno, associadas aos baixos níveis de preços das *commodities* no mercado internacional, à redução dos investimentos em pesquisa e também à elevação do salário mínimo, na década seguinte, elevando os custos de produção, resultaram em baixa remuneração dos principais produtos agrícolas

comerciais. Constata-se que, nessa época, o rendimento médio das pessoas que trabalhavam em atividades agrícolas era pelo menos a metade do das pessoas que trabalhavam em atividades não-agrícolas. (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

Segundo esses autores, a queda da rentabilidade agrícola foi agravada ainda pela abertura comercial iniciada no governo Collor no começo dos anos 90, com a internalização dos baixos preços internacionais, pela elevação dos custos de produção (com o aumento do salário mínimo e as elevadas taxas de juros para crédito em geral) e pelo arrefecimento do ritmo de inovação da agropecuária brasileira. O aumento dos custos de produção teria sido amenizado em parte pela valorização cambial, que barateava o preço dos insumos químicos importados, pelo menos até o início de 1999, quando o câmbio se desvalorizou. Ainda segundo os autores, foi a conjugação desses três elementos que resultou em uma sensível queda da renda proveniente da atividade agropecuária.

É interessante observar que, em relação ao trabalho agropecuário, o progresso técnico ampliou os períodos de inatividade entre uma tarefa e outra na produção agropecuária e, assim, os sistemas de produção reduziram a necessidade de mão-de-obra na agricultura. Esse fato liberou as pessoas das famílias para outras atividades, agropecuárias ou não-agropecuárias, no interior do estabelecimento rural ou fora de seus limites.

A expansão da modernização e a terceirização de tarefas agrícolas conduzem a uma mudança na organização do trabalho agrícola na família. O que era atividade de toda a família passa a ser feito por apenas uma pessoa. Assim, o que se observa é que quem cuida das atividades nos estabelecimentos agropecuários no Brasil são os homens, chefes de família, contando com a ajuda parcial e decrescente dos filhos do sexo masculino e esposas. (DEL GORSSI; SILVA, 2002).

Surgem, nesse contexto, os agricultores de tempo parcial (*part-time farmer*), pois mesmo as pessoas que ficam incumbidas diretamente das atividades agropecuárias não têm o tempo todo tomado por esse trabalho. E os demais membros da família rural,

sem serem necessários e/ou sem possibilidades de ocupação na agropecuária, passam a exercer atividades não-agropecuárias no meio rural ou urbano, ampliando a pluriatividade.

5 – DADOS USADOS PARA MENSURAR PLURIATIVIDADE

A análise da próxima seção é elaborada com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 2001 até 2007. Esse período foi escolhido pelo fato de, nos anos anteriores a 2001, as variáveis-chaves para estudo possuírem diferenciação dos códigos de identificação, o que dificultou o entendimento e a descoberta dos equivalentes para os anos anteriores.

O banco de dados sobre pessoas inicialmente foi agregado em famílias, depois foram excluídas as famílias da área censitária com denominação urbana, mantendo-se apenas as rurais. Após esse passo, processou-se a classificação da atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência entre agropecuária e não-agropecuária. Foram classificadas como pluriativas as famílias com residência no meio rural que possuíam pelo menos um indivíduo desenvolvendo uma atividade não-agropecuária.

Essa classificação permitiu o cômputo de algumas variáveis que são analisadas ao logo deste estudo. Primeiramente, realizou-se o cálculo das rendas médias das famílias pluriativas e não-pluriativas no âmbito nacional e estadual. Depois, processou-se o levantamento das atividades principais não-agropecuárias dos indivíduos que faziam parte da família pluriativa e, por fim, o número de famílias pluriativas e não-pluriativas nos Estados de São Paulo, Pernambuco e também Brasil. As informações estão organizadas em tabelas.

6 – EVOLUÇÃO DA PLURIATIVIDADE EM SÃO PAULO, PERNAMBUCO E NO BRASIL NO PERÍODO DE 2001 A 2007

Para Del Grossi e Silva (2002), os níveis de pluriatividade serão diretamente proporcionais às

oportunidades existentes fora das unidades de produção e a dinâmica das ORNA viria dos impulsos gerados pelos setores que estão nas proximidades das localidades.

Gama (2009), por sua vez, afirma que há quatro fatores que promovem a pluriatividade e a plurifuncionalidade: a difusão dos meios de transporte, dos meios de comunicação, da energia elétrica e das novas técnicas de produção.

Tendo como base essas afirmações, o presente trabalho faz uma agregação de alguns dos fatores acima relacionados por Gama, ou seja, de fatores que geram oportunidades de trabalho fora das unidades de produção agropecuária e insere outro indicador: o de educação. Essa agregação é representada na Tabela 1.

Quanto aos itens difusão de energia elétrica e difusão dos meios de comunicação, observa-se que o Estado de São Paulo supera as oportunidades de diversificação da produção das famílias rurais no caminho de atividades não-agropecuárias. Além desses, também foi relacionado na Tabela 1 o número de estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços e financeiros, que representam a possibilidade de obtenção de emprego fora das unidades rurais. Novamente, houve superioridade relativa para o Estado de São Paulo. Dois outros itens foram inseridos: rede rodoviária e educação. O primeiro representa maiores alternativas de diversificação das atividades no meio rural, como os pesque-pagues, lazer, turismo de aventura etc., de mobilidade para outros trabalhos e entre localidades diversas. Já a educação representa a possibilidade de integrantes das famílias rurais trabalharem em outros segmentos para os quais obtiveram instrução em cursos técnicos ou superiores ou mesmo se dedicarem à educação fundamental. Pela Tabela 1, pode-se constatar que, em termos de “oportunidades”, o Estado de São Paulo possui, visivelmente, mais alternativas para a diversificação das atividades econômicas do que o Estado de Pernambuco.

Na Tabela 2, são apresentados os percentuais de famílias pluriativas e não-pluriativas residentes no meio rural com ocupações agropecuárias ou não-agropecuárias nos dois estados e também no Brasil entre os anos de 2001 e 2007.

Tabela 1 – Alguns Indicadores Econômicos e Sociais: Pernambuco e São Paulo (2006-2007)

Indicadores	Pernambuco	São Paulo
PIB (em milhões R\$) ^A	55.505	802.552
Educação ^B		
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade	18,5%	4,6%
Escolas de ensino superior	83	521
Escolas de ensino superior/1.000.000 habitantes rurais	4,1	44,2
Escolas de ensino médio	1.148	5.624
Escolas de ensino médio/1.000.000 habitantes rurais	57	469
Escolas de ensino fundamental	9.383	14.405
Escolas de ensino fundamental/1.000.000 habitantes rurais	465,6	1.222,6
Escolas de ensino pré-escolar	6.722	12.691
Escolas de ensino pré-escolar/1.000.000 habitantes rurais	333,5	1.077,1
Acesso a telefone, microcomputador e internet ^B		
Porcentagem dos moradores em domicílios particulares permanentes que possuíam microcomputador com acesso à internet	9,4%	33,12%
Porcentagem dos moradores em domicílios particulares permanentes que possuíam telefone	66%	89,69%
Infraestrutura ^B		
Rede rodoviária (em km)	6.292,6	31.227,2
Km de rodovias/1.000 habitantes rurais	0,31 km	2,65 km
Porcentagem dos domicílios particulares permanentes com serviços de iluminação elétrica	99%	99,94%
Indústria ^A		
Número de unidades locais	4.124	55.385
Unidades/1.000 habitantes rurais ²	0,21	4,62
Comércio ^A		
Número de estabelecimentos comerciais com receita de revenda	46.025	476.666
Unidades comerciais/1.000 habitantes rurais	2,39	39,78
Serviços ^A		
Número de empresas	19.556	384.196
Unidades de comércio/1.000 habitantes rurais	1,02	33,07
Financeiro ^B		
Número de agências bancárias	485	6.017
Unidades/1.000 habitantes rurais	0,02	0,51

Fonte: Dados de 2006 e 2007 Publicados pelo IBGE/Estados.

Nota: A: informação de 2006.

B: informação de 2007.

² Somatório do número de pessoas que fazem parte de famílias pluriativas, agropecuárias e não-agropecuárias.

Tabela 2 – Percentual de Famílias Pluriativas (PLU) e Não-pluriativas (NPR)* em relação ao Total de Famílias Vivendo no Meio Rural de Pernambuco, São Paulo e Brasil (2001-2007)

ANO	PE		SP		BR	
	PLU	NPR	PLU	NPR	PLU	NPR
2001	17%	83%	14%	86%	18%	82%
2002	17%	83%	10%	90%	18%	82%
2003	18%	82%	9%	91%	17%	83%
2004	14%	86%	11%	89%	17%	83%
2005	18%	82%	11%	89%	18%	82%
2006	16%	84%	11%	89%	18%	82%
2007	18%	82%	13%	87%	18%	82%

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com Base nos Dados da PNAD de 2001 e 2007.

Nota: * Famílias não-pluriativas com ocupações na agropecuária ou em atividades não-agropecuárias residentes no espaço rural.

Pelas informações disponíveis na Tabela 1, o Estado de Pernambuco possui um total de recursos para a diversificação das atividades menor do que o do Estado de São Paulo. Observa-se, porém, pela Tabela 2, apesar das afirmações de Del Grossi e Silva (2002) e Gama (2009), que o Estado de Pernambuco apresenta um maior número relativo de famílias pluriativas do que o Estado de São Paulo. Isso corrobora os argumentos de Nascimento (2006); Alves (2002) e Alves; Valente Junior e Brainer (2006) de que a existência de entornos pobres e não a existência de entornos com melhores oportunidades é que determina a intensidade da pluriatividade.

Essa afirmação é embasada em cálculos a partir da estatística t. Parte-se da seguinte hipótese: a média de famílias pluriativas dos dois estados é igual contra a hipótese alternativa de serem diferentes, ou seja,

$$H_0 = \mu_{\text{Pernambuco}} = \mu_{\text{São Paulo}}$$

$$H_1 = \mu_{\text{Pernambuco}} \neq \mu_{\text{São Paulo}}$$

O valor calculado para a estatística *t* é de 2,51, o qual é significativo no nível de 10% (pois o valor crítico de *t* em um teste bicaudal é de 2,4 a 10% de significância estatística). Portanto, deve-se rejeitar a hipótese de que a percentagem média de famílias pluriativas no meio rural de Pernambuco seja igual à de São Paulo no período analisado.

Além de comparar o percentual de famílias pluriativas nos dois estados, também é realizada uma comparação entre as rendas das famílias pluriativas e não-pluriativas entre os dois estados e o Brasil nos anos de 2001 e 2007. Os rendimentos médios dessas famílias estão na Tabela 3.

É possível afirmar, com base na Tabela 3, que há uma diferença significativa de rendimentos médios quando se comparam as famílias pluriativas e não-pluriativas entre os anos de 2001 e 2007. As famílias pluriativas pernambucanas têm um rendimento médio 88% maior do que as não-pluriativas. Já para as famílias paulistas e brasileiras, essa diferença se reduz para 41% e 56%, respectivamente. A pluriatividade contribui significativamente para o incremento da renda, especialmente no Estado de Pernambuco.

O Gráfico 1 explicita essas diferenças nos rendimentos médios estaduais entre os anos de 2001 e 2007. Apesar de o número relativo de famílias pluriativas ser maior em Pernambuco, é nas famílias pluriativas e agropecuárias paulistas que o rendimento médio do trabalho é maior, situando-se acima da linha dos R\$ 900,00 (a preços de 2007) para famílias agropecuárias e acima de R\$ 1.000,00 para as pluriativas, enquanto para Pernambuco, o rendimento médio dessas famílias, no período de estudo, não ultrapassou o valor de R\$ 620,00 para as que obtinham rendimentos maiores, as pluriativas.

Tabela 3 – Rendimento Médio Mensal do Trabalho Principal das Famílias Pluriativas (PLU) e Não-pluriativas (NPR) (em R\$¹): PE, SP e BR (2001-2007)

ANO	PERNAMBUCO		SÃO PAULO		BRASIL	
	PLU	NPR	PLU	NPR	PLU	NPR
2001	521,83	304,33	1.523,26	991,41	796,04	524,91
2002	526,47	234,35	1.378,26	752,09	734,46	449,75
2003	562,94	271,24	1.470,27	928,47	792,09	492,13
2004	481,58	320,08	1.215,80	827,80	788,30	503,13
2005	548,28	289,80	1.307,04	1.088,47	797,00	531,86
2006	486,25	257,44	1.080,24	976,15	833,57	524,91
2007 (ano-base)	616,96	309,33	1.426,44	1.083,15	867,64	569,36

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com Base nos Dados da PNAD de 2001 e 2007.

¹ Valores corrigidos pelo IGP-M, tendo como ano-base 2007

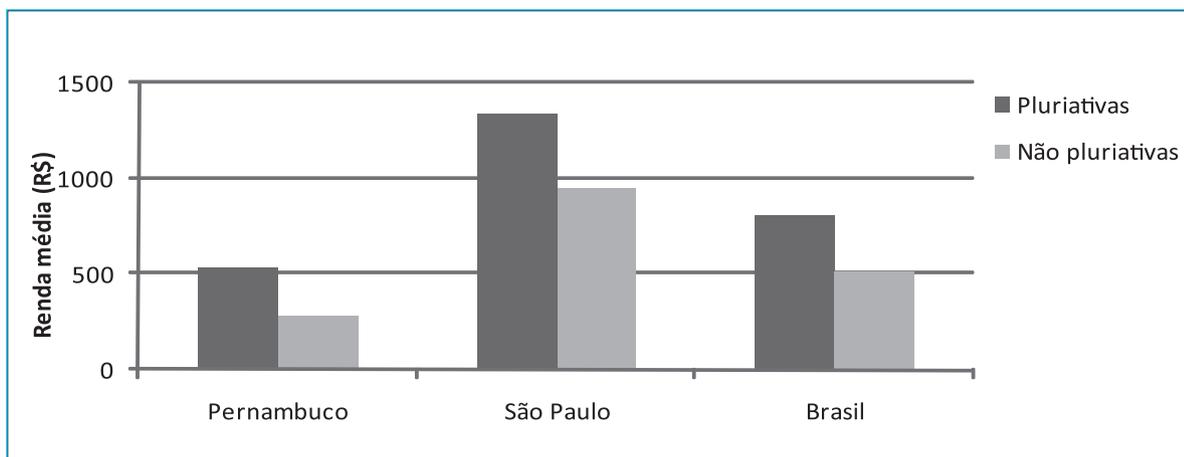


Gráfico 1 – Rendimento Médio Mensal do Trabalho Principal para Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade em 2007 (em R\$ de 2007)

Fonte: Elaboração Própria com Base nos Dados da PNAD de 2007.

Quanto às ocupações, nos dois estados, a maioria dos indivíduos de famílias pluriativas tem como atividade principal a agropecuária, como exposto na Tabela 4.

Na agropecuária, as atividades que se destacam em Pernambuco são as do cultivo do milho e criação de bovinos, enquanto para São Paulo, sobressaem as atividades de cultivo do cafeeiro, hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura e também a criação de bovinos.

Depois da agropecuária, o ramo que mais emprega as famílias pluriativas é o da indústria de transformação, em especial a indústria alimentícia nos dois estados. Chamam a atenção, também, os empregos no setor de comércio e reparação em Pernambuco, praticamente igualando-se com o percentual de membros das famílias pluriativas empregados na indústria de transformação, em especial, no comércio a varejo e por atacado e reparação de objetos pessoais e domésticos.

Tabela 4 – Distribuição Percentual das Atividades dos Membros das Famílias Pluriativas – Ano de Referência – 2007

Denominações	Frequência (%)	
	Pernambuco	São Paulo
Agropecuária	59,20	53,01
Indústria (indústria de transformação + outras atividades industriais)	7,64	13,83
Indústria de transformação	6,63	13,43
Outras atividades industriais	1,01	0,50
Construção	3,43	2,97
Comércio e reparação	7,45	6,97
Alojamento e alimentação	1,01	2,48
Transporte, armazenagem e comunicação	1,81	0,00
Administração pública	2,42	2,48
Educação, saúde e serviços sociais	8,87	2,48
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,40	1,50
Serviços domésticos	5,85	11,88
Outras atividades	0,20	2,49
Atividades mal definidas ou não-declaradas	0,40	0,00
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com Base nos Dados da PNAD de 2007.

Foi mencionado anteriormente que a disponibilidade de estabelecimentos industriais, comerciais, de serviços, de educação e financeiros promove a oportunidade de os indivíduos pertencentes às famílias rurais diversificarem suas atividades. Pelas Tabelas 1 e 4, verifica-se que o número maior de estabelecimentos industriais em São Paulo pode ter gerado um maior número de postos de trabalho em relação aos demais setores para as famílias pluriativas, mas não há, necessariamente, uma relação entre quantidade de estabelecimentos e o número de empregos em setores específicos. Isso pode ser observado pelo percentual de pessoas empregadas no segmento de educação, com uma diferença substancial entre Pernambuco (8,87%) e São Paulo (2,48%), apesar de o número de escolas ser muito maior em São Paulo. (ver Tabela 1). No setor de serviços, a diferença entre o nível de emprego dos dois estados é pequena, com uma ligeira vantagem para São Paulo, apesar de existir, nesse último, um número relativo de estabelecimentos comerciais muito maior do que em Pernambuco. Também relevante mostrou-se a diferença entre os níveis de emprego doméstico dos membros das famílias pluriativas nos dois estados, com uma variação de mais de 100% para São Paulo.

7 – CONCLUSÕES

Existe certo consenso de que o objetivo maior das políticas de desenvolvimento rural é melhorar a qualidade de vida das famílias rurais. É relevante ampliar esses objetivos e procurar a integração entre as diferentes políticas do meio rural, contemplando a grande variedade de dinâmicas de ocupações presentes nesse ambiente.

Este artigo procurou demonstrar que as diferenças entre estados desenvolvidos e menos desenvolvidos são consideráveis e que a pluriatividade é maior em localidades com menores oportunidades de diversificação do trabalho (fator promotor), ao contrário do que afirmam alguns estudos.

Torna-se de especial importância, na elaboração de políticas de desenvolvimento rural, um estudo pormenorizado em âmbito estadual ou mesmo microrregional que forneça as especificidades locais que levam ao desenvolvimento da pluriatividade nas famílias rurais, pois, assim, se desenvolveriam políticas específicas de desenvolvimento para cada região, abandonando a generalização das políticas elaboradas em âmbito federal.

O tema pluriatividade no Brasil ainda merece estudos mais detalhados, especialmente no que se refere aos fatores promotores da pluriatividade, visto que, em relação a um desses fatores, não são as oportunidades do entorno, medidas por indicadores econômicos e sociais, que necessariamente afetam a diversificação das atividades das famílias pluriativas, como mostrado na comparação entre Pernambuco e São Paulo no presente artigo. Em Pernambuco, talvez a pluriatividade seja uma questão de sobrevivência e não de escolha dos membros da família rural. Também merece atenção a relação que existe entre o desenvolvimento setorial e o nível de emprego em atividades não-agropecuárias, visto que não existe necessariamente uma relação entre o número de estabelecimentos e o tipo de emprego para famílias pluriativas.

É relevante porém, considerar que este trabalho comparou apenas dois estados brasileiros com diferenças econômicas e sociais expressivas, revelando-se então a necessidade de outros estudos que identifiquem os fatores promotores da pluriatividade até em nível microrregional. Revela-se interessante observar se há ou não tendência de comportamentos similares entre os estados, para que, daí, se delineiem políticas com o intuito de melhorar a qualidade de vida das famílias rurais.

ABSTRACT

This paper analyzes the evolution of pluriactivity in the States of Sao Paulo and Pernambuco in the time period from 2001 to 2007. Pluriactivity refers to the fact that families living in rural areas have some of their members employed in agriculture and others doing non-agriculture jobs. Therefore, pluriactive family is the one that lives in rural areas and has at least one of its member employed in non-agriculture activity. The used methodology is the statistical analysis of the dimension and evolution of key-variables, calculated using PNAD's micro-data and that characterize the income and pluriactivity and agricultural activities of rural families for the two analyzed states. The choice of 2001-2007's time period is due to the methodological consistence of PNAD's micro-data throughout these years. Despite some authors argue the promotion factors of pluriactivity conduct to believe this phenomena would

be less intense in Pernambuco than in Sao Paulo State, because the first one has less non-agricultural opportunities than the second one, the relative importance of pluriactivity families in Pernambuco is larger than in Sao Paulo State. Moreover, the junction of agricultural and non-agricultural activities in the same rural family permits to achieve larger income in relation to a full agricultural family especially in Pernambuco. The paper ends by suggesting that other similar studies need to be conducted to examine other regional peculiarities which would be worthy to elaborated rural development policies.

KEY WORDS:

Pluriactivity. Promotion Factors. Rural Regional Inequalities. State of Pernambuco. State of Sao Paulo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. O. Pluriatividade como estratégia de sobrevivência no sertão nordestino: o caso de Tejuoca, Ceará. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 114-121, jan./jul. 2002.
- ALVES, M. O.; VALENTE JUNIOR, A. S.; BRAINER, M. S. C. P. **Pluriatividade no espaço rural do pólo Baixo Jaguaribe, Ceará**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. 86 p. (Série Documentos do ETENE, n. 11).
- ANJOS, F. S. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 1995. V. 1.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Novos dados sobre a evolução da população ativa rural e da pluriatividade no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E. São Paulo: uma volta ao campo?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: SOBER, 2001.
- CASTRO, E. G. **Entre o rural e o urbano: dimensões culturais nos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro**. 1996. 224 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

DEL GROSSI, M. E. A pluriatividade no meio rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal. **Anais...** Natal: SOBER, 1997.

_____. Transformações no meio rural paranaense. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34., 1996, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 1996.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. **O novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002. V. 1, 2.

FREDRICH, O. M. Conceituação e operacionalização da categoria de aglomerados rurais com situação de domicílio para fins censitários. **Revista Brasileira de Estatística**, v. 44, p. 199-225, 1983.

FURTADO, M. B. **Síntese da economia brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

GAMA, A. Indústria e produção de um espaço peri-urbano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 22, p. 33-53, abr. 1987. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/22/_Antonio%20Gama.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2009.

IBGE. **Contas regionais do Brasil 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

_____. **Pesquisa anual de comércio**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

_____. **Pesquisa anual de serviços**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

_____. **Pesquisa industrial anual: empresa 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar**. [S.I.], 2007. CD ROM.

_____. **Síntese de indicadores sociais 2008**: uma análise das condições de vida da população brasileira.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

KAGEYAMA, A. A pluriatividade na agricultura paulista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 37, n. 1, p. 35-56, 1999.

LIMA, J. R. F. A pluriatividade das famílias rurais: análise comparativa entre Brasil, região Nordeste, Paraíba e Rio Grande do Norte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: SOBER, 2001.

MATTEI, L. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1999.

NASCIMENTO, C. A. A pluriatividade no Nordeste e no Sul do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

NASCIMENTO, H. M. A convivência com o Semi-árido e as transformações socioprodutivas na região do sisal: Bahia: por uma perspectiva territorial do desenvolvimento rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

OYAMADA, G. C. et al. Agricultura familiar e pluriatividade: estudo de caso na comunidade Carrijo Poconé (MT). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

SCHNEIDER, S. Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Quito, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cd alasru2006/21%20GT%20Schneider-Sergio.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

_____. As transformações recentes na agricultura familiar no RS: o caso da agricultura a tempo parcial. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33., 1995, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SOBER, 1995.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. O novo rural brasileiro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34., 1996, Aracaju. **Anais...** Aracaju: SOBER, 1996.

_____. Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33., 1995, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SOBER, 1995.

_____. **Rural e trabalho nas PNAD's**: notas metodológicas. Campinas: UNICAMP, 1997. 15 p.

SOUZA, M. Transformações na agricultura familiar do centro-sul do Paraná: a emergência dos “part-time farmers”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal. **Anais...** Natal: SOBER, 1997.

VIEIRA, R. M.; VAREIRO, L. R.; ILHA, A. S. O comportamento da população rural e do emprego na agricultura no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1998 a 2006. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

Recebido para publicação em: 30.03.2009

